

INOVAÇÃO / Com o aumento das taxas de juros em todo o mundo, investidores reduzem o volume de recursos para as empresas de tecnologia

Freio de arrumação impacta as startups

» VICENTE NUNES
Correspondente

Lisboa — Maior evento de tecnologia do mundo, a Web Summit fez questão de ostentar os números da edição deste ano, que contou com o recorde de mais de 70 mil participantes. Quem acompanhou os quatro dias do evento, no entanto, pode perceber que a euforia disseminada pelos organizadores não era a mesma entre os expositores e os visitantes que transitaram pelos cinco pavilhões gigantes instalados às margens do Rio Tejo. Semanas antes de a feira abrir as portas, seu fundador, Paddy Cosgrave, foi obrigado a se demitir, depois de classificar os ataques de Israel à Faixa de Gaza como crimes de guerra. Grandes empresas de tecnologia, como Google e Meta, cancelaram presença no encontro. Mas, realmente, o que mais pesou para o clima nem tão festivo foi o freio de arrumação no mercado de startups. Como bem definiram os participantes, a festa do dinheiro fácil acabou.

“Os investidores estão muito mais seletivos”, diz Cristiano Oliveira, CEO da startup TQI, que desenvolve soluções para empresas impulsionarem seus negócios. Ele conta que, com o longo ciclo de juros negativos e, mais

recentemente, a pandemia do novo coronavírus, os fundos de investimentos se sentiram confortáveis para despejar fortunas em projetos que se apresentavam como inovadores. Como o dinheiro era farto e barato, não havia muita preocupação com os resultados. Era grande a complacência. Com o fim da pandemia e a rápida subida dos juros mundo afora por causa do surto inflacionário, os investidores perceberam que muitas startups não haviam passado de promessas. “Não só reduziram os aportes de recursos como passaram a olhar para coisas mais palpáveis, como eficiência”, ressalta.

Para Oliveira, um mercado mais seletivo não significa, contudo, o fim do interesse do capital pelo mercado de startups. “Já vimos esse filme antes. O mercado de tecnologia é cíclico, de altos e baixos. Agora, o que os investidores querem são projetos sólidos, empresas saudáveis, rentabilidade”, afirma. “Essa maior seletividade é muito boa. O que houve foi uma peneirada para ver quais empresas paravam em pé”, complementa Alberto Levy, CEO da Poly Cashback. No entender dele, os bilhões de dólares perdidos com a falência de vários negócios deixaram os donos do dinheiro mais arredios. “Antes desse rearranjo do mercado, os

investimentos em startups eram decididos em, no máximo, dois meses. Agora, são meses e meses de negociação, com os possíveis apoiadores olhando todos os números e projeções.”

Inteligência artificial

Sócia e diretora Comercial da r2u, Valéria Carrete conta que um dos sinais mais evidentes da puxada no freio de mão dos investimentos em startups foi o rasteiro de ingressos da Web Summit entre os donos de empresas. Ao fazer as inscrições para a feira, os participantes têm direito a uma quantidade específica de entradas para o seu time. “O que eu vi nos grupos de conversas de que participei foi muita gente vendendo parte dos ingressos para fazer caixa e bancar a viagem para Lisboa. Em outros tempos, de dinheiro sobrando, ninguém faria isso”, relata. “Tudo isso é resultado da crise que se abateu sobre o mercado. Quem não quebrou, aterrissou e passou a focar mais em resultados sustentáveis, não em promessas”, emenda.

Na opinião de Carrete, os investidores não estão mais dispostos a distribuir dinheiro porque é bonito apoiar startups. “Acabou a festa”, enfatiza. Ela diz que, com a crise, os investidores perceberam que as empresas podiam operar

normalmente com metade de pessoal, sem nenhum transtorno. “Como o dinheiro era fácil, as startups montavam times gigantes, com custos elevadíssimos. Com a razão prevalecendo, as mesmas empresas funcionam mais enxutas e dão bons resultados. É isso que prevalecerá daqui por diante”, acredita ela, que vê futuro, sobretudo, nos negócios em que a inteligência artificial (IA) fará a diferença. Na r2u, essa ferramenta está sendo oferecida para que micro, pequenas e médias empresas possam alavancar as vendas por meio das redes sociais.

Oliveira, da TQI, afirma que as startups que não se renderem à inteligência artificial enfrentarão períodos turbulentos. “Estamos falando de uma ferramenta tão essencial quanto a energia elétrica. No nosso caso, utilizamos a inteligência artificial com dois propósitos: eficiência operacional, a fim de acelerar o ciclo de desenvolvimento de um produto, e busca por soluções para os clientes”, explica. A grande preocupação do setor em relação à essa ferramenta tem a ver com regulamentação. O Brasil está dando passos importantes nessa direção. Há consenso de que é preciso impor limites. “A tecnologia não espera a lei, é a lei que tem de correr atrás da tecnologia”, define Carrete.



Cristiano Oliveira, da TQI: “Os investidores estão mais seletivos”



Valéria Carrete, sócia e diretora da r2u: “Acabou a festa”

Empresas do DF investem na saúde

Lisboa — Médico há 20 anos, Thiago Oliveira decidiu sair de trás da mesa de atendimento aos pacientes para enfrentar um problema crônico na saúde: o diagnóstico tardio de doenças cardiovasculares e oncológicas, que, na maioria das vezes, leva à morte. Em 2020, ele fundou a startup Arvorah, com sede em Brasília, em que a tecnologia é usada para salvar vidas. “Criamos um sistema que foca no cuidado das pessoas, ou seja, na atenção primária”, explica ele, que participou da edição deste ano da Web Summit.

Pelo modelo desenvolvido por Oliveira, os dados dos pacientes são cruzados de forma que se possa prevenir uma série de enfermidades. A tecnologia permite o tratamento mais adequado, garantindo uma qualidade de vida melhor às pessoas. “Durante os últimos três anos, acompanhamos a jornada de pacientes com câncer, além de lidar com a saúde mental e nutricional. E, muitas vezes, percebemos que a doença já estava avançada e os recursos para o tratamento tinham se tornado escassos”, afirma.

Na avaliação do CEO da Arvorah, com o foco na atenção primária e o uso da tecnologia, os custos com os tratamentos de câncer e de doenças cardiovasculares podem ser reduzidos em até 88%, favorecendo os sistemas de saúde público e privado. “Quanto mais precoces forem

Vicente Nunes/CB/D.A Press



Brunno Falcão: “Em 13 anos, é a primeira vez que buscamos sócios”

os diagnósticos, menores serão os gastos com saúde. Não dizemos o que as pessoas têm, mas oferecemos todos os dados para que os profissionais especializados possam utilizá-los e oferecer o melhor tratamento possível ao menor custo”, ressalta. Pela inovação, a startup recebeu, neste ano, um prêmio do Sindicato da Indústria da Informação do Distrito Federal.

Ciência como base

Sócio-fundador da Science

Play, startup com sede em Brasília que oferece educação profissional para médicos e nutricionistas, Bruno Falcão conta que a empresa está abrindo 10% do capital para a entrada de investidores. “Temos 13 anos de atuação e esta é a primeira vez que vamos buscar sócios”, diz. Ele reconhece que o momento não é dos melhores para as startups, por causa do freio de arrumação do mercado, mas acredita que tem um ótimo produto para oferecer. “Temos um negócio sólido, que está estabelecido, é rentável

e tem boas perspectivas de crescimento”, acrescenta.

De Brasília, a Science Play atende 25 mil clientes por ano em 95 mercados pelo mundo. A empresa representa, no Brasil, o American College of Sports Medicine, o que lhe permite oferecer cursos em português e certificação sem que os alunos tenham de se deslocar para os Estados Unidos. Além disso, a startup é representante no país do evento científico ligado ao ator Arnold Schwarzenegger. São 10 anos de parceria. “No ano passado, nossos negócios cresceram 40%. Estamos em um momento muito bom como escola de formação para profissionais da área de saúde”, reforça Falcão.

A meta é sempre manter médicos e nutricionistas o mais bem informados possível, com artigos publicados nas principais revistas científicas do mundo, para que possam aplicar o conhecimento em suas áreas de atuação. “Temos a ciência como base, humanizada”, afirma. Ele antevê, porém, grandes transformações no mercado por causa do avanço da tecnologia, em especial, da inteligência artificial. “Cada vez mais, as pessoas terão de combinar educação de base com os avanços tecnológicos e o conhecimento das plataformas”, enfatiza. (VN)

Brasil S/A
por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

O tempo passa...

O tempo passa..., conforme o bordão de um antigo radialista de jogos de futebol, e seguimos entretidos por distrações — guerra em Gaza, as agendas de visitantes de ministérios, meta de déficit zero federal na Lei Orçamentária de 2024 etc. — que mal roçam o que efetivamente nos aflige: a falta de crescimento econômico parrudo, a mãe de todos os nossos deficits, sobretudo o fiscal. Que nos subtraí a perspectiva de um tempo melhor, enquanto o mundo passa voando jogando no ataque.

Orçamento fiscal é sempre um assunto a monitorar ao inserir todas as despesas do Estado, entre as obrigatórias (folha do funcionalismo, os deficits da previdência pública e INSS, repasses à educação e à saúde operadas por estados e municípios, custeio do Judiciário e Congresso, transferências de renda) e as contingentes (custeio da administração federal, investimentos em infraestrutura). Tais gastos, chamados de primários, não incorporam juros da dívida e excedem a arrecadação de impostos há mais de década. Os superávits primários em 2021 e 2022 se deveram mais a represamento artificial que a uma mudança estrutural.

De modo geral, o plano de contas estatal representa algo como 20% do PIB na parte federal, consumindo toda a receita de impostos e mais 1% a 1,5% do PIB de emissão de dívida pelo Tesouro Nacional. Com estados e municípios, chegamos a 34% do PIB de carga tributária mais 7,7% de déficit nominal (conceito que inclui o serviço da dívida emitida pelo Tesouro Nacional para fechar as contas da algaravia fiscal).

Olhando-se por esse prisma, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem razão ao priorizar a gestão fiscal do orçamento federal, ou seja, de suas despesas e receitas. Essa é a área de eficácia da tesouraria do Estado. Mas, como outros do passado recente, está enredado pelo que é mais arte que técnica, ao tentar compor intenções irreconciliáveis.

Governantes e políticos fazem do orçamento instrumento eleitoral e o alvo último dos ajustes fiscais é, precisamente, enquadrá-los todos a fim de dar ao Estado autonomia frente ao mercado financeiro.

Estamos assim desde a reforma monetária incompleta de 1994, e isso por lhe faltar a perna fiscal, chegando hoje à exaustão do plano de contas. Não há propostas estruturais para virar a tendência do gasto, em qualquer situação, correndo à frente da receita, com um agravante: não funciona como motor de partida do crescimento, cuja falta implica mais déficit e menos capacidade produtiva e mobilidade social.

Austeridade até a eleição

Nesse puxa-estica, que lembra a metáfora da ostra agarrada à pedra açoitada pelas ondas, os ministros fiscalistas como Haddad contam com a ajuda interessada do mercado financeiro. Se o plano de ajuste, e já houve vários, ameaça desandar, o juro sobe, o dólar entra em crise, a bolsa cai, as emissões encalham e a imprensa passa a falar de abismo fiscal, precipício, e a espancar o presidente de turno.

Mas, como se sabe de antemão que o plano tem validade até a próxima eleição antes de começar a engripar, o governante sofre um cerco para não gastar a tinta da caneta e o Congresso cuida de engessar na lei orçamentária o que move seus pares: o dinheiro dos fundos partidário e eleitoral, as emendas de pagamento obrigatório a que parlamentares têm direito e as exceções que blindam os setores econômicos aos quais se ligam, como o agro e o financeiro, das “maldades” fiscais.

Assim era, com o presidente segurando a torneira das emendas a cada véspera de votação importante no Congresso para garantir os votos da base aliada por conveniência. Só que isso se foi no governo passado, com o tal do “orçamento secreto” e a Casa Civil como braço estendido da maioria parlamentar. Ambas já não estão disponíveis, e é o que está em disputa de forma meio velada. Vez ou outra para lembrar que o poder é fugaz, o governo sofre uma derrota e eles voltam a conversar.

Consequências indesejadas

Essa disputa é sofisticada. Primeiro o Congresso regateou antes de aprovar o chamado “arcabouço fiscal”, que criou metas ao exercício do orçamento e sanções (brandas) em caso de descumprimento. Depois, veio a ordem de cima: não cortar gasto, nada de reforma administrativa, um mínimo para gastar com infraestrutura (cerca de R\$ 68 bilhões, verba do novo PAC, o programa de obras). Foi assim que surgiu o programa de recomposição de impostos federais, contando com a ajuda do STF.

Desde 1988, ano inaugural da Constituição, somos conduzidos pelo que determinam as obrigações impostas ao Estado e a caçada aos meios para cumpri-las. Começou-se com o gasto coberto pelo imposto inflacionário que o Plano Real estancou. Na sequência, nos dois governos FHC, houve um aumento brutal de impostos. A carga tributária subiu 11 pontos de porcentagem em relação ao PIB até o patamar de 34%, que tem se mantido desde 2003. Dramático é que assim foi com o avanço da dívida pública.

Da somatória dessas decisões decorre o esvaziamento da indústria e o emprego precário, disfarçado de microempresário individual, exigindo programas compensatórios como o Bolsa Família. E chegamos a isso: LOA com déficit estrutural, financiada por dívida com o caixa líquido dos bancos e empresas mais fortes, carga tributária acima do razoável nos termos de uma economia emergente (a maior do mundo por este critério) e juro do crédito (nem se fala da Selic) indutor de inadimplência.

O plano do déficit zero em 2024 visa suturar a ferida fiscal, mas ao contemplar apenas o aumento de impostos tem risco de provocar mais do mesmo que pretende combater. A síndrome de consequências indesejadas.

Cadê o setor privado?

A tributação dos fundos exclusivos de alta renda e de offshores tem levado gestores de ativos a procurar nos EUA e na Ásia oportunidades para deslocar o capital ocioso. Mudança de domicílio fiscal está em alta, assim como a troca de aplicações por dívida no exterior.

Quanto ao fim das subvenções do ICMS na base de cálculo de tributos federais e dos chamados Juros sobre Capital Próprio (JCP) o problema é que são tratadas como meios de evasão do imposto devido. É fato, só que, em muitos casos, foi o meio de manter uma empresa no Brasil vis-à-vis o ônus tributário menor em países como México, EUA etc. Isonomia tributária tem mérito inatacável, mas no bojo da reforma da renda, e não como casuismo para cobrir gasto fiscal de relevância duvidosa.

Nada disso está sendo considerado, apesar dos alertas ao Congresso e ao governo no sentido de que ajuste fiscal não substitui o que não faz há muito tempo: uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo.

Sem isso, resta o que temos: estagnação, ajuste fiscal permanente e dependência perigosa de commodities. Já passa da hora de o setor privado parar de dar de ombros e se voluntariar como parte da solução. Como, aliás, até as centrais sindicais estão pedindo.